



Todas as especialidades. Todas as soluções. Um só escritório.

DIREITO 360: ATUAÇÃO FULL SERVICE INTEGRADA

10 CASOS MULTIDISCIPLINARES E SEUS RESULTADOS

Soluções jurídicas eficazes vão além da técnica. Elas exigem:

- Conexão real entre as especialidades
- Visão integral sobre o desafio jurídico
- Soluções completas para o negócio

Essa é a nossa proposta do Direito 360. Um modelo que une especialidades para entregar respostas mais completas e seguras.

Neste carrossel, você confere situações na prática.

1

NEGOCIAÇÃO SINDICAL ESBARRA EM CLÁUSULA DE CONTRATO COM INVESTIDOR

Durante a negociação coletiva com o sindicato, a empresa propôs mudanças na remuneração variável dos colaboradores. O acordo avançava bem até que o jurídico identificou que a nova estrutura violava cláusulas de um contrato firmado com um fundo internacional, colocando em risco o recebimento de aportes vinculados a metas operacionais.

Foi necessário conciliar as exigências do investidor com os compromissos trabalhistas, reformatando a proposta para garantir segurança jurídica nas duas frentes.

Resultado:

o acordo sindical foi mantido e a empresa preservou a conformidade contratual com o investidor estrangeiro.

Áreas envolvidas:
Trabalhista, Contratos, Societário.

2

PROVA CRIMINAL FORTALECE AÇÃO EMPRESARIAL POR CONCORRÊNCIA DESLEAL

Um executivo desligado da empresa passou a atuar em negócio concorrente usando dados internos e informações sigilosas. A empresa buscava responsabilizá-lo, mas não dispunha de provas suficientes. Paralelamente, tramitava um inquérito criminal com elementos que confirmavam a infração.

A articulação entre as equipes jurídica cível e penal permitiu usar os elementos do inquérito como base para uma ação indenizatória robusta, com pedido de urgência e bloqueio de bens.

Resultado:

a empresa recuperou o controle dos ativos e fortaleceu sua posição no litígio empresarial.

Áreas envolvidas:

Penal, Contencioso Estratégico, Proteção de Dados.

3

RESCISÃO TRABALHISTA REVELA RISCO OCULTO EM CONTRATO COM FORNECEDOR

No desligamento de um colaborador estratégico, a empresa descobriu que ele também atuava como gestor de um fornecedor terceirizado. A rescisão levantou suspeitas de conflito de interesses e possível superfaturamento nos contratos. O caso começou como uma demanda trabalhista, mas logo exigiu análise contratual e de compliance para investigar a relação entre as partes e avaliar potenciais fraudes.

Com as apurações, foi possível revisar os vínculos firmados, redefinir as cláusulas contratuais e criar salvaguardas que evitassem novos conflitos de interesse.

Resultado:

a empresa evitou exposição legal, corrigiu práticas de contratação e fortaleceu seus mecanismos de integridade.

Áreas envolvidas:
Trabalhista, Contratos, Compliance.

4

AUTUAÇÃO FISCAL REVERTIDA COM CORREÇÃO DE ATA SOCIETÁRIA

A Receita Federal autuou uma empresa por distribuição irregular de lucros. A análise revelou que o problema não era tributário, mas sim uma falha na redação da ata da assembleia que embasava o pagamento.

A solução veio da reconstituição documental. Os atos societários foram refeitos com base no histórico contábil, e os esclarecimentos apresentados afastaram a caracterização de infração.

Resultado:

o auto foi cancelado e a empresa reforçou os controles sobre suas deliberações internas.

Áreas envolvidas:
Tributário, Societário, Empresarial.

5

FALTA DE POLÍTICA DE DADOS AGRAVA MULTA REGULATÓRIA

Uma empresa do setor financeiro foi autuada por descumprimento de regra regulatória. O agravante foi a ausência de política de proteção de dados estruturada, que aumentou o valor da penalidade.

Com a integração entre as frentes de compliance e proteção de dados, foi possível comprovar a implementação de boas práticas, mesmo que ainda em curso, e rebater parte das acusações.

Resultado:
a multa foi reduzida e o plano de conformidade recebeu reconhecimento oficial.

Áreas envolvidas:
Proteção de Dados, Regulatório, Compliance.

6

VENDA DE IMÓVEL É TRAVADA POR SUSPEITA EM INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Uma empresa pretendia vender um imóvel de alto valor, mas o comprador recuou ao descobrir que o bem estava relacionado a uma antiga investigação criminal sobre desapropriações.

A equipe jurídica analisou os autos penais, esclareceu a origem do ativo e revisou toda a documentação da operação, fornecendo parecer técnico e cláusulas de proteção para ambas as partes.

Resultado:

a venda foi concretizada com segurança jurídica e sem riscos ocultos.

Áreas envolvidas:

Penal, Imobiliário, Contratos.

7

ACORDO TRABALHISTA MAL REDIGIDO GERA RISCO DE GLOSA FISCAL

Uma empresa celebrou acordo com ex-diretor para encerrar disputas trabalhistas e pagar uma indenização. O valor foi lançado como despesa, mas o texto do acordo gerava dúvida sobre sua natureza e colocava em risco a dedutibilidade fiscal.

Foi necessário revisar os termos do documento, ajustar o enquadramento contábil e registrar adequadamente os fundamentos jurídicos da indenização.

Resultado:

o acordo foi mantido, sem risco fiscal, e a empresa preservou o direito de deduzir o valor na apuração de tributos.

Áreas envolvidas:
Trabalhista, Tributário.

8

COMPRA DE IMÓVEL EM LEILÃO ENFRENTA DISPUTA SUCESSÓRIA

Após arrematar um imóvel em leilão judicial, uma empresa não conseguiu tomar posse. Descobriu-se que o antigo proprietário havia falecido e que os herdeiros questionavam a validade da penhora, alegando falta de inventário.

A resolução passou pela atuação em Direito Sucessório e Contencioso para legitimar a cadeia dominial e garantir a imissão na posse.

Resultado:

o imóvel foi regularizado e a empresa assegurou sua titularidade sem necessidade de novo litígio.

Áreas envolvidas:

Imobiliário, Contencioso Estratégico, Sucessões.

9

STARTUP TEM OPERAÇÃO AMEAÇADA POR BLOQUEIO JUDICIAL DE FORNECEDOR

Uma startup teve seu sistema paralisado após o bloqueio judicial da empresa fornecedora de tecnologia. Sem cláusulas de contingência no contrato, não havia previsão de continuidade do serviço. A operação inteira ficou em risco.

Com atuação urgente, foi negociada uma liberação técnica temporária e iniciada a revisão dos contratos, com inclusão de salvaguardas e mecanismos de proteção.

Resultado:

a empresa retomou sua operação e passou a contar com instrumentos contratuais mais seguros.

Áreas envolvidas:

Contratos, Contencioso Estratégico, Tecnologia e Inovação.

10

PROCESSO DO CONSUMIDOR LEVA À REVISÃO DO MODELO DE FRANQUIA

Um cliente entrou com processo contra uma loja franqueada, alegando problemas no serviço. A princípio, era um caso simples. Mas o consumidor também acionou a franqueadora, argumentando que as decisões eram centralizadas e que, na prática, era tudo uma coisa só. Isso poderia abrir caminho para que outras lojas também gerassem responsabilidade à franqueadora.

O ponto-chave foi entender que o problema não era só cível ou do consumidor: havia uma fragilidade no próprio desenho do contrato de franquia e na forma como a rede operava. O caso exigiu revisão do modelo societário e contratual da rede.

Resultado:

a empresa evitou condenações maiores e reestruturou sua relação com os franqueados, fortalecendo a separação de responsabilidades.

Áreas envolvidas:

Contencioso Estratégico, Contratos, Societário.

DIREITO 360 É MAIS DO QUE CONCEITO. É PRÁTICA.

Cada desafio jurídico exige uma combinação estratégica de especialidades.

Atuamos de forma integrada para oferecer respostas completas, seguras e alinhadas à realidade e aos objetivos de cada projeto.

ACESSE
direito360.viseu.com.br

